

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 glosos Class.: 1308
 Data: 12/03/90 Pg.: 05

Tuma nega acordo sobre garimpos

BRASÍLIA — O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, negou ontem, no encontro que teve com o Juiz da 1ª Vara Federal, João Batista Coelho, a existência de qualquer acordo formal para a transferência dos garimpeiros que ocupam as terras dos índios ianomamis, em Roraima, para as duas florestas nacionais da região — também interditadas por força de liminar judicial. Tuma, que fora interpelado sob a acusação de desobediência à determinação de retirada dos garimpeiros, terá 72 horas para explicar, por escrito, a ação da Polícia Federal em Roraima.

A defesa do Delegado começou ontem, quando, por iniciativa própria, procurou o Juiz João Batista Coelho para receber a petição sem a necessidade de ser procurado por um oficial de justiça. Em explicações informais e preliminares, Tuma antecipou ao Juiz o que dirá por escrito no próximo sábado: a Polícia Federal não desrespeitou a liminar, mas optou por fazer a retirada de forma "pacífica e civilizada", para o que estabeleceu um cronograma que prevê a conclusão da operação apenas no dia 18 de abril.

— Se nós decidíssemos apontar uma metralhadora e dizer para os garimpeiros "sai ou eu te mato", seria até mais fácil, mas nós preferimos fazer o que a sociedade reclama, que é uma operação sem violência ou traumatismos.

Tuma garantiu que não autorizará a garimpagem nas áreas que estão sendo definidas dentro das duas florestas nacionais sem que seja suspensa a liminar que protege mais de nove milhões de hectares considerados terras imemorais dos ianomamis. Explicou que, nos encontros



O Ministro da Justiça, Saulo Ramos, conversa com o Delegado Romeu Tuma

que a Polícia Federal promoveu entre representantes de garimpeiros, empresários, Funai e Ibama, foram "firmados alguns compromissos", mas não um acordo para permitir a exploração de minérios antes de uma mudança da decisão da Justiça. Mas o Delegado admitiu que a Polícia Federal pretende concentrar os garimpeiros nas três áreas que o Governo tenciona transformar em "reservas garimpeiras", embora não autorize a atividade. Ele explicou a estratégia dizendo que, caso a Justiça, no julgamento da ação principal, confirme a preliminar, será mais fácil promover a retirada.

Tuma anunciou sua posição depois de um encontro com o Ministro Saulo Ramos, que antes havia feito duras críticas aos Subprocuradores da República que defenderam a obediência à liminar judicial. Destilando ironia, ele disse:

— Aqueles jovens só leram um livro, enquanto o Direito, que é a arte do contraditório, é composto por uma biblioteca.

O Ministro defende que o prejuízo aos ianomamis é a presença ilícita

dos garimpeiros e acha que o Governo deve encontrar uma fórmula para organizar a atividade, praticamente desconhecendo a liminar.

Ele considerou a interpelação feita ao Diretor do DPF "um excesso de zelo" do Procurador Eugênio Aragão. Desdenhou também da ameaça de prisão à qual Tuma foi submetido.

— A única cadeia para qual o Dr. Tuma pode ir é uma cadeia de televisão. Quem é contra a proposta do Governo é porque deseja que o problema continue, para continuar a ter motivos para discurso — disse o Ministro, patrono do acordo questionado pela Procuradoria.

Em Roraima, o Governador Romero Jucá disse ter recebido ontem à noite um telefonema do Ministro Saulo Ramos, garantindo que os entendimentos para o remanejamento dos garimpeiros continuam de pé. Segundo Jucá, mesmo com a interpelação judicial feita ao Delegado Romeu Tuma, a remoção dos garimpeiros para a Floresta Nacional continuará.

— Não sei o que o Delegado Tuma vai dizer ao Juiz em Brasília, mas existe um documento assinado pelos que participaram do entendimento, que foi conduzido pela Polícia Federal e pelo Governo de Roraima — afirmou Jucá.

Do documento ao qual Jucá se refere, não constam, no entanto, nem a assinatura de Tuma nem a do próprio Governador. Ele foi produzido na presença dos dois, em Boa Vista, e rubricado por representantes dos garimpeiros e dos empresários de Roraima. Também estavam presentes representantes locais do Ibama e da Funai. A declaração de Tuma, negando a existência do acordo, surpreendeu e irritou o Governador.

Justiça levará dois anos para dar posse definitiva a índios

A ação declaratória impetrada na 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, pela Procuradoria Geral da República, pedindo que o Governo federal reconheça, como área de posse imemorial dos índios ianomamis, uma extensão de nove milhões de hectares nos Estados de Roraima e Amazonas deverá levar pelo menos dois anos para ser concluída, de acordo com fontes da Justiça federal.

Até lá, permanecerá em vigor a liminar concedida em outubro passado pelo Juiz Novely Vila Nova Silva Reis, da 7ª Vara da Justiça Federal, que determinou a interdição dos nove milhões de hectares e a retirada imediata dos garimpeiros daquelas reservas indígenas.

Ao dar ontem a informação, o Procurador da República Eugênio José Guilherme de Aragão disse que a área — dividida atualmente em 19 reservas indígenas e duas florestas nacionais — está sub júdice e, desta forma, torna-se ilegal qualquer medida governamental de ocupação daquela região.

Segundo Eugênio Aragão, a Procuradoria entrou com ação cautelar (que resultou na concessão da liminar) para garantir a liberação da área reivindicada.

No caso de descumprimento da liminar, segundo o Procurador Eugênio Aragão, cabem dois tipos de penas aos responsáveis: crime de desobediência, previsto no Código Penal, e crime de responsabilidade, que poderá resultar na perda da função do cargo (inclusive do Presidente da República) e impedimento do exercício de cargos públicos durante vários anos.

— Se chegarmos a este ponto, estará criado um impasse institucional, porque a Justiça determina e a parte não cumpre. Isto é típico de países que não têm instituições estáveis. Ou temos juizes competentes e reconhecidos pelo Estado, ou este não acata as decisões judiciais e retornamos ao regime autoritário — afirmou o Procurador Eugênio Aragão.

Em sua opinião, o não reconhecimento dos nove milhões de hectares como área imemorial dos ianomamis retrata "a subserviência do Governo federal a um plano estratégico militar destinado a garantir o Projeto Calha Norte na região".

— O que está em jogo, no momento, não é apenas a vida dos ianomamis, mas o funcionamento das instituições do País — concluiu o Procurador.

Garimpeiros não querem deixar área rica em ouro

BOA VISTA — Somente ontem os donos das pistas dos garimpos Baiano Formiga, Caveira I e Caveira II foram achados por representantes da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), que desejam levá-los a Boa Vista como parte do acordo de desocupação pacífica dos garimpos em terra ianomami. Eles resistem à idéia de deixar a região de Surucucus, Noroeste de Roraima, rica em ouro e com grande população indígena. O desaparecimento temporário desses donos de pistas demonstra a dificuldade que a Usagal terá para convencer os garimpeiros a saírem.

— Estamos trabalhando no sentido de entrar em contato com os garimpeiros da região. Aos poucos, iremos conseguir isto. Espero que o Governo federal, o Ibama e a Funai também cumpram com a sua parte — disse o Presidente da Usagal, José Altino Machado.

O acordo negociado entre a Polícia Federal, Ibama e Funai, acompanhado pelo Governo de Roraima, estabelece que os garimpeiros deixem Surucucus em 60 dias, no máximo. Nas demais áreas, 90 dias. No projeto, o Governo estadual prevê o pagamento de royalties pelos garimpeiros ao Ibama e à Funai, quando já estiverem produzindo nas novas áreas.

A Polícia Federal continuou ontem a vigilância no Aeroporto de Boa Vista e apreendeu alguns quilos de alimentos que os garimpeiros estavam tentando mandar para seus companheiros na reserva ianomami. O DPF só está deixando que os aviões decolam com combustível suficiente para cumprir a rota comunicada.



O pouso do helicóptero em Paaplú atrai mulheres e crianças ianomamis

Justiça expulsa 20 mil em Goiás

GOIÂNIA — Cerca de 20 mil garimpeiros começaram a ser retirados ontem das bacias dos Rios Vermelho, Peixe e Itapira — que cortam vários Municípios goianos — por policiais e oficiais de Justiça, em cumprimento a três medidas liminares. A sentença favorável à interdição das atividades responsáveis por desmatamentos, assoreamento e poluição de rios foi proferida após uma briga judicial que durou mais de um ano.

Outra liminar acabou sendo suspensa pelo próprio juiz, sob a alegação de falta de apoio da PM para fazer cumprir a medida. Os garimpeiros começaram a ser notificados na terça-feira e receberam o prazo de três dias para retirar os equipamentos e desocupar a área.

Ontem, vencido o prazo, os policiais percorreram as frentes de extração já notificadas e as encontraram abandonadas ou com as últimas máquinas sendo carregadas. No rio Praia, entretanto, a 20 quilômetros da cidade de Goiás, a Polícia apreendeu todo o material de quatro garimpeiros que trabalhavam nas margens do rio.

Presidente da Funai teme novas invasões

BRASÍLIA — O Presidente da Funai, Iris de Oliveira, disse ontem ao Ministro da Justiça, Saulo Ramos, que teme nova invasão das reservas ianomamis se os garimpeiros forem assentados em áreas próximas.

— A Funai não tem nada a ver com a criação dos três garimpos e, por isto, não tem por que assinar acordos. O ideal é que os garimpeiros fiquem bem distantes dos índios porque a proximidade resulta invariavelmente na invasão das reservas, como ocorreu no Xingu, na área dos xavantes de Rondônia e dos avá-canoeiros, em Goiás, entre outros — acrescentou.

Para o Superintendente de Assuntos Fundiários da Funai, Sigfrido Graziano, a criação de áreas de garimpo na Floresta Nacional "não passa de palhaçada pacífica".

— A criação de florestas nacionais, que pertencem ao Governo, foi uma solução para garantir a sobrevivência dos índios, já que a região abriga as reservas. Contrariando a Justiça, a Constituição e a própria filosofia que guiou a criação destas florestas, o Governo decide agora criar áreas de garimpagem, numa solução que não mais é do que uma violência.

Graziano disse não ter qualquer dúvida de que, logo ao tomar posse, o Governo Collor enfrentará novas invasões das áreas ianomamis.

— A distância média entre as 19 reservas é de 80 quilômetros, que os índios percorrem como se passeassem. Para os garimpeiros, caminhar essas distâncias é também fato corriqueiro. Mesmo sabendo disto, o Governo criou áreas de garimpagem a dez quilômetros das reservas.

Dom Luciano condena 'ação covarde'

BELO HORIZONTE — O Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, convocou ontem a sociedade a apoiar os interesses dos índios ianomamis lesados pelo acordo feito entre o Governo federal e os garimpeiros de Roraima. Ao classificar de "ação covarde" a criação de três áreas de garimpo na Floresta Nacional de Roraima, Dom Luciano alertou que os ianomamis correm risco de vida.

— Nós podemos ser meros espectadores. Faço um apelo à sociedade para que atenda a esse grito de sobrevivência e se organize em favor dos ianomamis. É preciso levantar todo mundo numa vez firme e coesa — disse o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Ele acrescentou que há 22 anos a Igreja está trabalhando junto à comunidade indígena e, durante este período, vem acompanhando a desintegração das famílias, dizimadas pelas doenças transmitidas pelo garimpo.

peiros. O Arcebispo de Mariana não quis comentar a interpelação da Procuradoria Geral da República ao Diretor Geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que teria desobedecido à determinação judicial de interditar a área dos ianomamis. Mas foi enfático ao afirmar que se a Floresta Nacional de Roraima não for preservada, a Constituição estará sendo ignorada.

— A Constituição garante ainda o direito à sobrevivência. E, no momento, os índios correm o risco de vida. Os garimpeiros já demonstraram toda a sua violência ao resistirem à ação do Governo. Não é justo que a solução para o problema do garimpo atropela a questão indígena — disse Dom Luciano, que passou todo o dia e a noite de quarta-feira tentando inutilmente falar, por telefone, com o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, e com o Delegado Romeu Tuma.

DPF prende quem vende bebida a índio

AMAMBAÍ, MS — Índio bebe e branco vai para a cadeia. É o espírito da "Operação Lei Seca" desencadeada ontem pela Polícia Federal neste Município, onde vivem quatro mil índios terenas, caiouas e guaranis. Em Amambaí são comuns cenas de bebedeiras de índios, que acabam se agredindo. Ano passado, 20 morreram atropelados.

Preocupado, o cacique Maurício Vasquez ouviu os conselheiros das três tribos e pediu providências à Polícia Federal, lembrando que o artigo 58 da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio) "manda prender quem emborra nossa gente".

Ontem mesmo, o Delegado do DPF em Ponta Porã, Francisco de Queiroz, deu dois flagrantes. Embora em seu bar estivesse afixado o cartaz advertindo que vender bebidas alcoólicas aos índios constitui crime, Antônio e Maria Apolinário foram surpreendidos no momento em que entregavam um litro de pinga a um casal indígena. Meia hora depois, foi a vez do dono do supermercado Ki-Karne, Carlos Alberto Signorio, que vendia aos índios uma caixa com 12 litros de cachaça.